

CONTRATO N° 004/2026

Processo n° 02.26.035

Contratação de empresa especializada para gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e/ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança e senha pessoal para atendimento das necessidades da PBH Ativos S.A., conforme condições e exigências estabelecidas neste Contrato e seus anexos, que celebram a **PBH ATIVOS S/A** e a empresa **EMISSORA E GERENCIADORA DE CARTÕES BRASIL LTDA**

A **PBH ATIVOS S/A**, empresa pública municipal, com sede na Rua Espírito Santo, n° 605 – 10º Andar – Centro – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o n° 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Lucas Antônio Martinez de Faveri, brasileiro, casado, inscrito no CPF n° 222.632.868-88, e por sua Diretora-Executiva, Roberta Hygino Roletti Zimmer, inscrita no CPF sob o n°: 013.290.856-55, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **EMISSORA E GERENCIADORA DE CARTÕES BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n°. 13.081.547/0001-00, estabelecida à Rua Sebastião de Camargo Ribas, 1376, sala 01 bairro Bonsucesso, Guarapuava/PR, CEP: 85.055-000, representada por seu procurador Ramires Barbosa e Silva portador do CPF: 042.214.589-09, por força do instrumento público de mandato outorgado em 06/09/2018, traslado das fl. 073, livro 191P, 2º Tabelião de Notas de Guarapuava, Comarca de Guarapuava/PR, sem prazo de validade, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, contratação direta por Inexigibilidade n° 007/2026, processo administrativo n°.: 02.26.035, apenso ao processo administrativo n°. 09.25.891- Republicação do Credenciamento n° 001/2025, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos de auxílio alimentação e/ou refeição e lanche através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança e senha pessoal ao número de 03 (três) empregados da PBH Ativos S.A., com cargas e recargas dos créditos eletrônicos, na modalidade online, que possibilitem a aquisição de alimentos "*in natura*" e refeições prontas, respectivamente, promovendo a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde dos empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei Federal n° 6.321/1976, alterada pela Lei Federal n° 14.442/2022, que dispõe sobre o pagamento do auxílio alimentação ao empregado, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, e para cumprir a determinação do acordo coletivo de trabalho, no qual foi previsto os valores e quantidades dos vales alimentação/refeição e vale lanche ofertados aos empregados/Diretores da Companhia.

2.1 Integram o presente contrato para todos os fins de direito o Termo de Referência, a Republicação do Edital e seus anexos, independentemente de sua transcrição;

PBHATIVOS

2.1.1. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no Edital de chamamento público para credenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este contrato é regido pelas suas disposições, seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Decretos Municipais nº 15.185/2013, nº 16.535/2016, nº 17.317/2020, 18.096/2022 e nº 18.240 de 2023, Lei Municipal nº 10.936/2016, Leis Federais nº 12.846/2013 e nº 13.303/2016, e Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 004/2025 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1 O prazo de vigência e de execução deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 22 de abril de 2026, nos termos dos arts. 71, 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, admitida a prorrogação nos limites legais.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

5.1. O recebimento do objeto contratual se dará da seguinte forma:

I. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, quando da respectiva entrega, mediante termo de recebimento provisório, para efeito posterior à verificação da conformidade e quantidade do mesmo com as especificações constantes do edital, do contrato e do Termo de Referência.

II. As eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio no qual constarão as medidas a serem adotadas pela Contratada e os respectivos prazos.

III. Uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do edital, do contrato e do Termo de Referência, o mesmo será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, com a lavratura do termo de recebimento definitivo, podendo, no caso de obras de engenharia, o recebimento definitivo se dar por equipe técnica composta por responsável da Contratada, fiscal do contrato e agente público com qualificação profissional relacionada à área de engenharia, integrante do quadro de empregados da PBH Ativos ou indicado por esta.

5.2. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de serviços profissionais definidos no inciso II do art. 30 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nas demais hipóteses em que não houver necessidade de registrar a data de entrega e a quantidade do bem, produto, serviço ou obra executada, e nas demais situações em que couber apenas o recebimento definitivo.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos bens entregues e/ou do serviço realizado.

5.4. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao gestor atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo definitivamente, conforme o caso.

5.5. O recebimento deverá ser realizado dentro do prazo de vigência do contrato, nos prazos de até 15(quinze) dias para o recebimento provisório e 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo de contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR ESTIMADO

6.1. Pela execução do objeto do presente contrato, a Contratante pagará à Contratada o valor mensal estimado de R\$4.313,76 (quatro mil, trezentos e treze reais e setenta e seis centavos) para 03 (três) colaboradores, de acordo com os serviços efetivamente prestados, na forma prevista na Cláusula Sétima que trata da forma de pagamento. Desta forma o valor estimado do contrato é de R\$51.765,12 (cinquenta e um mil, setecentos e sessenta e cinco reais e doze centavos), para o período de vigência de 12(doze) meses.

6.2. Estão considerados no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 A PBH Ativos solicitará, mensalmente, a disponibilização dos créditos eletrônicos mediante a remessa dos dados dos seus beneficiários, inclusive nome, CPF, matrícula, valor do crédito e detalhamento quanto ao tipo de vale (refeição/alimentação).

7.2 Após, a Contratada deverá encaminhar o documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente eletrônica) para a PBH Ativos, observando as disposições contratualmente estabelecidas e as orientações do fiscal do contrato.

7.3. No corpo das notas fiscais deverá constar o número do contrato e a descrição da prestação dos serviços, e deverá ser enviada devidamente acompanhada da planilha de custo mensal para fins de conferência pelo fiscal do contrato.

7.4 A PBH Ativos realizará o pagamento antecipado à Contratada, em observância ao disposto na Lei nº 14.442/2022.

7.5 Os créditos eletrônicos, nos valores indicados pela PBH Ativos, deverão ser disponibilizados pela Contratada em até 3 (três) dias úteis, a contar do pagamento da nota fiscal referente ao pedido.

7.6 Os créditos deverão ser disponibilizados nos cartões, mensalmente, a partir das 0:00 horas da data estabelecida pela PBH Ativos no ato da solicitação.

7.7 O valor total do crédito mensal e a quantidade de cartões poderão sofrer alterações, bem como o remanejamento de uma modalidade para outra, a critério da PBH Ativos, mediante comunicação prévia.

7.8 A informação da inclusão/exclusão de beneficiários constará no arquivo de pedido mensal enviado à Contratada, com o acréscimo ou decréscimo de beneficiários incluídos no pedido.

7.9 Além das recargas mensais, a PBH Ativos poderá, excepcionalmente, solicitar a disponibilização de créditos extras.

PBHATIVOS

7.10 Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste Contrato correrá por disponibilidade financeira da Contratante, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. A taxa de administração durante a execução contratual e suas possíveis renovações será de 0%(zero por cento), para o crédito de vale alimentação, refeição/lanche, considerando os termos do Decreto Federal nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 e a Lei Federal nº 14.442, 02 de setembro de 2022, portanto, não há que se falar em reajuste durante toda a vigência do contrato.

9.2. O valor dos benefícios será alterado conforme determinação da PBH Ativos S.A. ou de Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deverá cumprir fielmente as disposições previstas no contrato, Edital e anexos, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixados no Termo de Referência, Edital e seus anexos bem como neste Contrato e seus anexos;
- II. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus anexos e neste Contrato, em cumprimento ao disposto no inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016;
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a PBH Ativos, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação do credenciamento;
- IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- V. Manter um canal de atendimento e este deverá ficar disponível nos horários de funcionamento da contratada;
- VI. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;
- VII. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a PBH Ativos, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade;
- VIII. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- IX. Informar imediatamente à contratante qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do contrato, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos;

PBH ATIVOS

- X. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo gestor e/ou fiscal do contrato;
- XI. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;
- XII. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie;
- XIII. Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos do Termo de Referência, Edital e Contrato, e seus anexos, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
- XIV. Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à PBH Ativos ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato;
- XV. A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à PBH Ativos a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato o restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis;
- XVI. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto do credenciamento;
- XVII. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela guarda e sigilo das informações da PBH Ativos que vier ter acesso;
- XVIII. Manter acesso por meio do ambiente "WEB"/aplicativo (app) para consultas de rede de estabelecimentos ativa (que deverá ser atualizada sempre que houver alteração);
- XIX. Manter acesso por meio do ambiente "WEB"/ aplicativo (app) para consultas de saldo e extrato de toda a movimentação mensal/anual do usuário, contendo local e data da transação, nome do credenciado e valor utilizado;
- XX. Quando houver demanda por parte da PBH Ativos para fornecimento de saldo/extrato de toda a movimentação mensal/anual do usuário, a CONTRATADA deverá fornecer a demanda no prazo máximo de até 03(três) dias úteis a contar da data da solicitação.
- XXI. Disponibilizar aplicativo(app) para o usuário contendo:
- a) interface intuitiva com fácil acesso a lista atualizada de estabelecimentos ativos;
 - b) consulta de estabelecimentos por proximidade ou categoria;
 - c) a data do próximo crédito com até 01(um) dia de antecedência;
 - d) extrato de transações e saldos;
 - e) serviço para cancelamento e solicitação de segunda via do cartão;
 - f) bloqueio e desbloqueio de cartões;
 - g) item para definir e recuperar senha;
 - h) sistema nas versões para Android e IOS.

PBHATIVOS

XXII. Manter ativos, permanentemente, os meios de comunicação com usuários, visando esclarecimentos de dúvidas e divulgação dos serviços e dos estabelecimentos credenciados ativos.

XXIII. Assegurar que, a partir da data de assinatura do contrato, existam condições técnicas e operacionais para a prestação dos serviços.

XXIV. Fiscalizar os estabelecimentos conveniados, com o objetivo de verificar as condições de atendimento dispensado aos usuários, bem como o não desvirtuamento do sistema alimentação/refeição/lanche.

XXV. Garantir a validade dos créditos nos cartões utilizados pelos beneficiários da CONTRATANTE até a sua completa utilização, mesmo ao término do contrato.

XXVI. Promover a substituição imediata dos cartões alimentação e refeição/lanche que apresentarem defeitos ou por quaisquer motivos (clonagem, perda, extravio, etc.) sem qualquer ônus adicional.

XXVII. Manter eficiência técnica, operacional e tecnológica, evitando ocorrências de falhas de aprovações online de débitos nos cartões eletrônicos e/ou magnéticos com chip de segurança e senha pessoal, no momento da transação com o credenciado e no controle de segurança dos saldos.

XXVIII. Ressarcir o beneficiário, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, pelo pagamento que não tenha sido efetuado por meio de cartão eletrônico e/ou magnético, na hipótese de falha do sistema, ou qualquer outra falha proveniente da CONTRATADA, devidamente registrada, abatendo o valor ressarcido no cartão.

XXIX. Prover imediatamente a CONTRATADA, sempre que solicitada, de relatórios mensais de falhas de aprovações de débitos.

XXX. Ressarcir o beneficiário dos valores dos créditos devidos em caso de clonagem dos cartões.

XXXI. Oferecer treinamento à equipe da Gerência Contábil e de Pessoal da CONTRATANTE e suporte para implementação e operacionalização da tecnologia empregada, em até 03(três) dias úteis após assinatura do contrato.

10.2. É de responsabilidade da contratada a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do contrato, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a contratante.

10.3. A contratada deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, solicitação da contratante decorrente de correção do serviço que se fizerem necessárias.

10.4. A contratante poderá solicitar reunião a qualquer momento, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do contrato.

10.5. A contratada deverá disponibilizar e indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como gestor do contrato junto à contratante. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a contratante, apresentar relatórios, se necessários, e participar de reuniões com a contratante.

10.6. A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da contratante dos quais venha a ter acesso durante a execução do serviço.

10.7. Compete ainda à contratada alocar recursos com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos serviços, devendo:

10.7.1. Antes do início da execução do contrato, a contratada deverá indicar o preposto que será o representante da contratada no âmbito do contrato, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

- a) Realizar a interlocução com a contratante, incluindo o fornecimento das informações necessárias à regular prestação dos serviços, e aqueles solicitadas pela contratante;
- b) Participar de reuniões;
- c) Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.

10.7.2. Comprovar a capacitação e a regularidade dos prepostos alocados, bem como apresentar à contratante, sempre que requerido, os documentos e informações necessárias à referida comprovação.

10.7.3. Garantir a observância das disposições do contrato e da legislação vigente pelos prepostos, obrigando-se a manter a contratante indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos prepostos à PBH Ativos S.A. ou a terceiros.

10.7.4. Notificar a contratante, previamente, em caso de substituição de prepostos, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos serviços, bem como para que os novos prepostos atendam ao disposto no contrato.

10.7.5. Substituir os prepostos, caso eventualmente requerido pela Contratante de forma motivada.

10.7.6. Garantir que os prepostos, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do contrato.

10.7.7. Arcar com todos os custos relacionados aos prepostos, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

10.7.8. A Contratada deverá dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do contrato, bem como a colaborar com a contratante.

10.7.9. A fiscalização por parte da Contratante não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da contratante.

10.7.10. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Fornecer relação dos beneficiários da PBH Ativos, contendo nome, matrícula, unidade de lotação e endereço de lotação para subsidiar a CONTRATADA na confecção e entrega dos cartões;

II. Designar um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

III. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

IV. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da contratada para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.

V. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações técnicas, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.

VI. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade, com as fases a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação de cada Fase, o Termo de Aceite definitivo.

VII. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA.

VIII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.

IX. Notificar, por escrito, a contratada acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

X. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

XI. Informar, sempre que necessário, à CONTRATADA, os valores unitários, a serem creditados nos cartões alimentação, refeição e lanche dos beneficiários por meio de confirmação de pedido.

XII. Informar à CONTRATADA, possíveis alterações nas quantidades de cartões e as inclusões/exclusões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LOCAL DE ENTREGA DOS CARTÕES

12.1. Os cartões de vale alimentação/refeição e lanche, deverão ser entregues na **PBH ATIVOS – Gerência Contábil e de Pessoal – GCONP** - Rua Espírito Santo, 605 – 10º andar – Centro – Belo Horizonte/MG.

12.2. O primeiro lote de cartões do contrato deverá ser entregue à PBH Ativos dentro de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

12.3. Os cartões reemitidos por qualquer motivo deverão ser entregues à PBH Ativos dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO

13.1. Caso a Contratada venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da contratada, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1. A partes, na execução do objeto deste contrato, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº 004/2025 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS: <https://pbhativos.com.br/integridade/documentos-governanca/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - Recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - Tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;

- III - Oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - Preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - Abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - Rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da contratante e;
- VII - Promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela Contratante serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-007/2023-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-008/2022- Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

15.2. A contratada deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do contrato em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do contrato;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do contratante;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes com ou sem conhecimento do contratante, destinado a privar o contratante dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
- V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

PBHATIVOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC (IN 005/2024) da PBH Ativos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1 A prática de atos ilícitos sujeita a Interessada/Credenciada/Contratada à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório e/ ou Contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

17.2 DA ADVERTÊNCIA

17.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à Contratada, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

17.2.2. A advertência será aplicada quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.2.3. A aplicação de 03(três) sanções de advertência pelo mesmo motivo possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar.

17.3 DA MULTA

17.3.1. Caso a Contratada descumpra a legislação ou as cláusulas contratuais, ou dê causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no TR, no edital, em seus anexos e no Contrato, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do Contrato, sujeitar-se á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados os seguintes percentuais e diretrizes:

I. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do Contrato ou do instrumento equivalente.

II. A multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

III. A multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao interessado, credenciado ou contratado, que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

IV. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao interessado ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade Contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

V. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato em razão de cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

17.3.2. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

17.3.3. A multa moratória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

17.4 Poderão ser aplicadas as penas de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A. pelo prazo máximo de 02(dois) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

17.4.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade do credenciamento, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.5 As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

17.6 A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante.

17.7 No que se refere ao procedimento das sanções administrativas, será observado o previsto no Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, e na ausência de disposições expressas em contrário, os preceitos do Decreto Municipal nº 18.093, de 20 de setembro de 2022.

17.8. DOS PROCEDIMENTOS

17.8.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do Contratado, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

17.8.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

17.8.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

17.9. Durante a fase de execução do Contrato, caberá à Diretoria Executiva:

- I - julgar as defesas prévias;
- II - receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor-Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

19.10 No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

19.10.1 Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
- II. execução da garantia de execução do contrato, caso o valor da fatura não seja suficiente;
- III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

18.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

18.2. A contratada compromete-se a garantir a segurança, a proteção, à confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

18.3. A contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

18.4. A contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.4.1. A contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.4.2. A contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

18.5. A contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses previstas em lei e /ou em normas específicas.

18.5.1. A contratada não será permitida deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.5.1.1 A contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

18.6. A contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.6.1 A notificação não eximirá a contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.6.2. A contratada que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

18.7. A contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

18.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a contratada e o contratante bem como, entre a contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

18.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

18.10. A PBH Ativos se obriga a dar ciência prévia aos funcionários, colaboradores e outras pessoas vinculadas à Contratada quando fizer o tratamento de seus dados pessoais para fins de execução contratual, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 13.709/2018.

18.10.1. Para fins do cumprimento da disposição contida no subitem 18.10, a Contratada se obriga enviar à PBH Ativos relação de seus funcionários e colaboradores que atuarão na execução contratual, antes do início desta.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

PBHAVIVOS

- I. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. Pelo término do seu prazo de vigência;
- III. Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a contratante;
- IV. Em função da resolução contratual pela contratante, conforme disposto neste contrato.

19.2. a contratante poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da contratada, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do contrato, pela contratada;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela contratada, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a) atrasos injustificados;
 - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da contratante;
 - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da contratada com outrem, sem prévia autorização da contratante;
 - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do contrato exaradas em consonância com o contrato;
 - e) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
 - f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g) dissolução da sociedade ou o falecimento do contratada;
 - h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudique a execução do contrato;
 - j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
 - l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
 - n) nos casos em que a contratada for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III. razões de interesse da contratante, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno, observada a legislação aplicável ao caso.

19.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

19.3. A rescisão por ato unilateral da contratante motivada por descumprimento contratual da contratada acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à contratante, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A contratada deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.

20.2. A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 81 da Lei Federal nº. 13.303/2016.

20.3. A tolerância da contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.4. A contratada não poderá caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira.

20.5 A contratada fica ciente de que a contratante disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da contratada e consorciados, para fins de cumprimento da lei de acesso à informação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO.

21.1. O presente contrato não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a contratante por Terceiros.

21.2. Fica vedado à contratada transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste contrato.

21.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da contratada;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

PBHATIVOS

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 22 de ABRIL de 2026.

LUCAS ANTONIO
MARTINEZ DE
FAVERI:22263286888
Assinado de forma digital por
LUCAS ANTONIO MARTINEZ DE
FAVERI:22263286888
Dados: 2026.04.22 10:17:36
-03'00'

Lucas Antônio Martinez de Faveri
DIRETOR-PRESIDENTE
PBH ATIVOS S/A

ROBERTA
HYGINO ROLETTI
ZIMMER:0132908
5655
Assinado de forma digital
por ROBERTA HYGINO
ROLETTI
ZIMMER:01329085655
Dados: 2026.04.17 15:19:52
-03'00'

Roberta H. Roletti
DIRETORA-EXECUTIVA
PBH ATIVOS S/A

Documento assinado digitalmente
gov.br
RAMIRES BARBOSA E SILVA
Data: 14/04/2026 16:30:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ramires Barbosa e Silva
PROCURADOR
EMISSORA E GERENCIADORA DE CARTÕES BRASIL LTDA

EMISSORA E GERENCIADORA DE CARTOES
BRASIL LTDA:13081547000100

Assinado de forma digital
por EMISSORA E
GERENCIADORA DE
CARTOES BRASIL
LTDA:13081547000100
Dados: 2026.04.14 16:31:10
-03'00'

Testemunhas:

Nome: **gov.br**
CPF: _____
Documento assinado digitalmente
MARIO ANTONIO ALVARENGA FROIS
Data: 22/04/2026 10:29:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome: **gov.br**
CPF: _____
Documento assinado digitalmente
SARA OLIVEIRA ASSUNCAO FERNANDES
Data: 22/04/2026 14:27:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>